

Novos Dirigentes tomam posse

Foto: JB Produções



Desembargadores Gisane Barbosa de Araújo, Maria Helena Guedes Soares de Pinho e André Genn de Assunção Barros, corregedora, vice-presidente e presidente, respectivamente, foram empossados no dia 04 de fevereiro

Os desembargadores André Genn de Assunção Barros, Maria Helena Guedes Soares de Pinho e Gisane Barbosa de Araújo, presidente, vice-presidente e corregedora para o biênio 2011-2013, respectivamente, foram empossados no dia 04 de

fevereiro, com cerimônia na Oficina Brennand, no bairro da Várzea. O desembargador André Genn, 50 anos, assumiu a presidência do TRT6 depois de exercer a vice-presidência entre fevereiro de 2009 e fevereiro de 2011. Em seu

discurso de posse, o magistrado reconheceu que o “o Tribunal já avançou bastante, mas ainda resta muito a ser feito”, anunciando que “ousadia e cautela se cruzarão no caminho da mudança”.

Página 5

“As mudanças nos processos de trabalho serão feitas com todo respeito ao tempo de cada um”



Foto: Stela Harris

Em entrevista ao Informativo TRT6, o novo presidente do Regional pernambucano fala sobre a “revolução” que será proporcionada pela implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE), prevê a necessidade de crescimento da Justiça do Trabalho em função do aumento das demandas processuais e destaca o esforço que mobilizará no sentido de tornar o TRT6 cada vez mais célere e eficiente.

Páginas 2, 3 e 4

Meios alternativos de transporte

Um grupo de servidores do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região tem usado cada vez menos o carro como forma de deslocamento para o trabalho. De bicicleta, de ônibus e mesmo a pé, eles minimizam o estresse no trânsito, contribuem com o meio ambiente e, ao mesmo tempo, praticam atividade física.

Página 7

Prioridades estratégicas de 2011

A Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) elaborou as ações que nortearão as atividades da unidade para 2011, atreladas ao Planejamento Estratégico deste Regional (2009-2015). A estruturação do Plano de Gestão do TRT6 para este ano integra a primeira proposta a ser apresentada à Presidência, que elegerá as prioridades para os próximos meses.

Página 8

Entrevista

“É uma revolução (o processo eletrônico) que atinge a todas as áreas do TRT”

O desembargador André Genn de Assunção Barros assumiu a Presidência do TRT da 6ª Região com o desafio de conduzir, de forma tranquila, uma “revolução” nos processos de trabalho do Regional, proporcionada pela implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE). Mas os desafios são muitos, considerando o momento de crescimento econômico que Pernambuco atravessa, cujos desdobramentos repercutem na Justiça do Trabalho como instituição que precisa se preparar para atender a novas demandas processuais. É com esse propósito que André Genn vem acompanhando com atenção a tramitação dos projetos de criação de Varas do Trabalho, cargos e funções na 6ª Região e de criação de cargos de TI. O primeiro, às vésperas de

ser votado em plenário na Câmara Federal; o segundo, em apreciação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Responsável pela gestão do TRT6 no biênio 2011-2013, André Genn promete se empenhar na produção de respostas necessárias ao crescimento do Tribunal, a fim de que o Regional possa responder às necessidades da população de forma cada vez mais célere e eficiente.

O governo federal anunciou cortes drásticos no orçamento da União. Isso vai repercutir nos projetos de ampliação dos quadros do TRT6?

Na verdade houve contingenciamento orçamentário, o que significa que os valores poderão ser liberados ao longo do ano. No Judiciário Trabalhista como um todo foram contingenciados

Desembargador André Genn assumiu a Presidência do TRT6 para o biênio 2011 / 2013



R\$ 90 milhões, e, especificamente, no nosso TRT, R\$ 4,7 milhões. No Sexto Regional esses valores atingem exclusivamente investimentos em obras. Não há, portanto, nenhuma repercussão nos projetos que ampliam os quadros do TRT da 6ª Região.

O Projeto de Lei nº 7.625/2010, que prevê a criação de nove Varas do Trabalho, incluindo os cargos de servidores e magistrados correspondentes à criação dessas unidades judiciais, e uma vaga de desembargador no TRT de Pernambuco, encontra-se na Câmara Federal em rápida tramitação e o projeto de criação de cargos na área de Tecnologia da Informação (TI), já foi aprovado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, depois pelo Órgão Especial do TST e encontra-se atualmente sob apreciação no CNJ.

Qual o percurso desses projetos de lei?

Como vimos, após aprovação pelo CSJT, este segundo projeto foi aprovado pelo Órgão Especial do TST e encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), daí será enviado à Câmara Federal, onde em sua tramitação seguirá percurso semelhante ao do projeto anterior. Uma especificidade do primeiro projeto, uma vez que cria cargos de magistrados, é que precisa ser submetido à aprovação do Plenário da Câmara dos Deputados, enquanto projetos de criação de quadros funcionais podem ser aprovados pelas Comissões em caráter terminativo. Assim, a tramitação do segundo pode ser mais rápida. Pelos menos em tese, já que os prazos do Congresso não são fixos.

Destaque-se que o primeiro projeto vem seguindo o curso normal

Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife
50.030-902 Recife PE
Imprensa: 81-2129.2020
imprensa@trt6.jus.br

PRESIDENTE

André Genn de Assunção Barros

VICE-PRESIDENTE

Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel

CORREGEDORA

Gisane Barbosa de Araújo

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Nelson Soares Júnior
Josélia Moraes da Costa
Eneida Melo Correia de Araújo
Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel
André Genn de Assunção Barros
Ivanildo da Cunha Andrade
Gisane Barbosa de Araújo
Pedro Paulo Pereira Nóbrega
Virgínia Malta Canavarro
Valéria Gondim Sampaio
Ivan de Souza Valença Alves
Valdir José Silva de Carvalho
Acácio Júlio Kezen Caldeira

Dione Nunes Furtado da Silva
Dinah Figueirêdo Bernardo

Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino
Nise Pedrosa Lins de Sousa

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ayrton Carlos Porto Júnior

DIRETOR-GERAL

Wladimir de Souza Rolim

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO

Nyédja Menezes Soares de Azevedo

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Lydia Barros

REDATORES

Lydia Barros / Maria Alice Amorim
Caroline Jordão Barreto / Eugenio Pacelli

REVISÃO

Eugenio Pacelli / Caroline Jordão Barreto

FOTOGRAFIA

Stela Maris / Eugenio Pacelli
Maria Alice Amorim / Siddharta Campos

PROJETO GRÁFICO

Simone Freire

DIAGRAMAÇÃO

Simone Freire / Siddharta Campos

IMPRESSÃO

F & A Gráfica

(Tiragem: 1.500 exemplares)

previsto pelo Regimento Interno da Câmara, já havendo sido aprovado pelas comissões de Constituição e Justiça, Trabalho e Cidadania, e Finanças e Tributação e aguarda-se a apreciação em plenário.

Para nós, é uma prioridade absoluta a aprovação de ambos os projetos. A criação das VTs, dos cargos de desembargador e de juízes e de servidores em geral. No setor de informática, estamos buscando não apenas cumprir a resolução 90 do CNJ, que prevê um quadro de, no mínimo, 75 pessoas (nós temos apenas 19 da área e mais alguns servidores deslocados), mas cumprir bem a imensa demanda da área. E é importante ressaltar que este é um projeto prioritário para a estrutura do Tribunal não apenas por conta do processo eletrônico, mas em razão de todo o funcionamento do órgão.

Qual o papel do TRT nesse momento de acentuado crescimento econômico para Pernambuco?

A Justiça do Trabalho tem que se preparar o mais rapidamente possível para responder às demandas que emergirão com os grandes investimentos que estão sendo feitos em Pernambuco, de modo particular no Porto de Suape.

O nosso desafio é tanto de natureza quantitativa como de natureza qualitativa. Por um lado, embora pareça contraditório, o crescimento econômico também gera o aumento dos litígios no Judiciário Trabalhista, visto que, ao conseguir empregos com maior facilidade, pela própria necessidade das empresas em tempos de

ampliação, o trabalhador sente-se com mais segurança para reclamar os direitos quando ele entende que, de alguma forma, foram lesados. A oferta de postos de trabalho permite-lhe isso, o que é um fator muito positivo. Por outro lado, passarão a vir a lume questões trabalhistas versando sobre matérias pouco frequentes e até inéditas em nosso Regional, dado que nós temos empresas cujas atividades são novas para o nosso estado – a exemplo do estaleiro, da refinaria, de uma montadora de automóveis –, atraindo uma mão de obra mais especializada e com características bastante diferentes. Todo esse processo vai instaurando uma nova cultura.



Assim, o TRT6 deve ocupar um papel de relevo nesse período de destacado crescimento por que passa o estado de Pernambuco.

Qual a marca que o senhor gostaria de deixar na sua gestão?

Buscarei produzir as respostas necessárias para que o crescimento do Tribunal seja uma constante; para que, cada vez mais, o TRT possa responder às necessidades da sociedade, com a

confiança absoluta na nossa instituição. Nesse sentido, são muitas as ações que devem ser buscadas, como a informatização do Tribunal, que é importantíssima, a garantia do acesso da população à Justiça, a manutenção da presença da Justiça do Trabalho em locais mais remotos, entre outras. Para isso, muitas vezes precisamos ter a ousadia de buscar o novo, procurar soluções, talvez, não pensadas antes, buscar aquilo que se apresenta como solução para um novo momento. Ousadia para fazer, mas fazer com toda a cautela, de modo que esses passos sejam seguros, pensados, pertinentes à imagem de segurança e correção da Justiça do Trabalho.

“Para nós, é uma prioridade absoluta a aprovação de ambos os projetos. A criação das VTs, dos cargos de desembargador e de juízes e de servidores em geral”

O que seria ousar para o TRT?

Considero a ideia do processo eletrônico uma ousadia. Não é uma ideia nova, outros Tribunais já o implantaram. Mas, no âmbito da nossa Região, é a ousadia de fazer com tão poucos recursos orçamentários e tão poucos recursos de pessoal especializado. Então, vou buscar mecanismos, alternativas, para suprir essa falta, a fim de que, efetivamente, possamos dar um passo em direção ao futuro, que é uma verdadeira revolução na tramitação processual.

O processo eletrônico representa uma inovação em todos os sentidos

e todos muito positivos. Ele alarga o acesso da população à Justiça, já que a parte (ou seu advogado) pode postular e peticionar, visualizar o processo a qualquer momento e em qualquer lugar do planeta, sem a necessidade do deslocamento à VT. Esse é um aspecto; o outro é que o processo eletrônico significa otimizar os custos do nosso orçamento, sempre exíguo, e, ainda, uma resposta ecológica muito forte, porque milhares e milhares de árvores deixarão de ser derrubadas para virar papel. Significa ganho de espaço, sem mais a necessidade de guardar papel, de armários, de arquivo-geral, porque as mídias para gravação ocupam o mínimo de espaço. É uma revolução que

atinge a todas as áreas do TRT.

Essa nova realidade pode significar diminuição do quadro de pessoal?

A otimização dos custos é muito mais de ordem material, por isso não haverá redução do quadro de pessoal com a implantação do processo eletrônico. A partir desse novo caminho, vai se implantar uma mudança de cultura ao longo dos anos, de modo que os nossos servidores, ao invés de estar fazendo tarefas burocráticas, laterais, tarefas de menor importância do ponto de vista decisório (porque envolve atos quase mecânicos), estará prestando serviço de muito maior importân-

cia, maior relevância, um trabalho mais intelectual, assessorando os juizes e desembargadores na producao de despachos e decisoes, e atendendo muito mais rapidamente a populacao. O que haverá é uma eliminacao de dezenas e dezenas de procedimentos burocráticos, priorizando o que é o fim da justiza, ou seja, o atendimento a populacao. Os servidores terão que passar, claro que com muito treinamento, para tarefas muito mais nobres. Entao, isso não representa em si uma economia em relacao a pessoal, mas, se pensarmos no país, representa sim uma economia na medida em que aquela mão de obra estará prestando um serviço muito mais ágil. Será uma otimizacao da forca de trabalho intelectual.

Considerando a iminência de tantas mudancas, o que o servidor deve esperar dessa gestao?

Gostaria muito de ressaltar que as mudancas nos processos de trabalho do Tribunal serão feitas com todo respeito ao tempo de cada um. Cada um tem seu tempo, sua qualificacao, seu jeito de agir, um conhecimento específico acerca das matérias. Entao, vamos investir nos treinamentos, respeitando enormemente o tempo de cada um. Compreendemos que esse é um processo que deve ser feito com toda calma, com muita seguranga. E isso já está sendo feito, especificamente em Igarassu, que será a primeira Vara da 6ª Regiao a implantar o processo eletrônico. Todos os servidores lá estão passando por treinamentos diários, com muita

tranquilidade, de modo que, quando abriremos a VT para o público com o processo eletrônico, todos os servidores estejam capacitados, sem traumas, sem nenhum choque, ou pressao. Por outro lado, buscarei a valorizacao do nosso corpo funcional através da qualificacao, estabelecendo um diálogo permanente com os servidores e suas entidades representativas, de modo a buscar atender às necessidades legítimas de todos.

Quais os projetos de infraestrutura dessa gestao?

Nós temos uma prioridade mais imediata que é a preparacao para as Varas do Trabalho que vão ser instaladas. Entao, já estamos em negociacao com entidades parceiras, ou mesmo pela via orçamentária, no sentido de que consigamos, no mais breve tempo possível, implantar as VTs que provavelmente serão criadas. Paralelamente, buscaremos promover mudancas em algumas das Varas já existentes, visando à seguranga, ao conforto e à dignidade daqueles que atuam nesses espaços e à populacao que ali é atendida. Existem algumas definições no Planejamento Estratégico a respeito de obras, mas, neste momento, temos forte preocupacao de montar as novas unidades, porque as outras, ainda que não sejam ideais, já estão instaladas.

Voltando ao processo eletrônico, outros tribunais já o implantaram.

O TRT da Paraíba está com o processo eletrônico em toda a sua jurisdicao, com um sistema

desenvolvido lá mesmo, o Suap (Sistema Único de Acompanhamento Processual). Algum tempo atrás, nós firmamos um convênio com aquele Tribunal para implantacao do Suap na 6ª Regiao e, com ele, o processo eletrônico. Posteriormente a esse convênio, foi desenvolvido, pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Regiao (TRF5), o Processo Judiciário Eletrônico (PJE), para, inicialmente, ser introduzido nas Varas federais de Aracaju. Esse projeto veio a ser adotado posteriormente pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), com a aprovacao dos presidentes de Tribunais de todo o país, para ser o sistema do processo eletrônico da Justiza brasileira. Esse sistema está em fase de desenvolvimento, de adaptacao, para o uso futuro na Justiza do Trabalho. O CSJT está desenvolvendo a parte de execucao (que é o que está funcionando como projeto-piloto na 23ª Regiao); o CNJ, a parte de conhecimento; e o TRF, a parte de Segundo Grau. Quando estiver totalmente adaptado, o PJE será o sistema nacional. Enquanto isso, nós iremos utilizar, já na Vara de Igarassu, o sistema Suap, da Paraíba, que atenderá e muito às nossas necessidades. Futuramente, no momento em que for possível usá-lo, tanto Pernambuco quanto a Paraíba migrarão conjuntamente para o PJE.

O senhor tem previsao de quando o sistema será implantado na 6ª Regiao?

A expectativa é de que o PJE fique pronto o mais rápido possível para a fase de execucao. E isso permite ganhos substanciais. Primeiro,



André Genn vai estabelecer diálogo permanente com os servidores do Regional

porque a fase de execucao corresponde a 70% do nosso trabalho, ela atinge exatamente o que constitui o gargalo maior da Justiza do Trabalho. Segundo, porque, começando pela execucao, os atos passam a fluir a partir dali, sem a necessidade de digitalizar os processos anteriores. Isso gera uma economia muito grande.

E a previsao para Igarassu iniciar o processo eletrônico?

A previsao é de que em maio tenhamos a implantacao total. O sistema já está em uso interno para treinamento, e, posteriormente, será aberto ao público.

O processo de capacitacao se deslocará entao para outra Vara?

Igarassu é um projeto-piloto. Com ele vamos avaliar não só o que ocorre na mudanca do sistema (do Siaj para o Suap), mas também a forma do treinamento dos servidores, a resposta dos servidores. Com isso, poderemos adotar um treinamento, uma capacitacao mais adequada. Por isso mesmo, não há definicao do ritmo de implantacao nas demais VTs, porque tudo está sendo avaliado em funcao da experiencia de Igarassu.

BIÊNIO 2011 / 2013

Novos dirigentes do TRT6 são empossados na Oficina Brennand

Os dirigentes do TRT6 no biênio (2011-2013), desembargadores André Genn de Assunção Barros, Maria Helena Guedes Soares de Pinho e Gisane Barbosa de Araújo, presidente, vice-presidente e corregedora, respectivamente, foram empossados no dia 04 de fevereiro, com cerimônia na Oficina Brennand, no bairro da Várzea. Os desembargadores que integram o Pleno do Tribunal compuseram a mesa oficial junto ao ministro do TST Horácio Senna Pires, o Conselheiro do CNJ Marcelo Neves, a desembargadora do TRF5 Margarida Cantarelli, o vice-presidente do TJ-PE, Jovaldo Nunes, representando o presidente; o presidente do TRE-PE, Roberto Ferreira; o procurador-chefe do MPT6, Fábio Farias; o presidente da ANAMATRA, Luciano Athayde; a presidente da AMATRA6, Luciana Conforti; o presidente da OAB-PE, Henrique Mariano; o coordenador do Colégio de Corregedores e Presidentes (COLEPRECOR), desembargador Ney José de Freitas; o secretário de estado Tadeu Alencar, representando o governador Eduardo Campos; o secretário municipal Ricardo Soriano, representando o prefeito do Recife, João da Costa; o deputado Sérgio Leite, representando o presidente da Assembleia Legislativa, e o presidente da Câmara Municipal do Recife, Jurandir Liberal.

Em seu discurso de posse, André



Fotos: JB Produções

Genn enfatizou o bom momento econômico que Pernambuco atravessa, afirmando que, com os investimentos que vêm sendo feitos na região, a abertura de indústrias e a geração de grande número de empregos, o Estado já pode vislumbrar um futuro sem o

assombroso desemprego, que através dos tempos expulsou os nordestinos para o Sudeste do país. “Os trabalhadores não serão mais obrigados a dizerem Adeus, meu lugar”, declarou o presidente, citando verso da conhecida canção Triste Partida,



A Desembargadora do TRF5 Margarida Cantarelli, o Coordenador do Colégio de Corregedores e Presidentes (COLEPRECOR), Desembargador Ney José de Freitas, e o Ministro do TST Horácio Senna Pires, prestigiaram a solenidade



A nova Vice-Presidente, Desembargadora Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel exerceu a corregedoria no biênio 2007 - 2009



A nova corregedora, desembargadora Gisane Araújo, exerce a magistratura no TRT6 desde 1987.

de Patativa do Assaré e Luiz Gonzaga. O novo presidente do Regional pernambucano afirmou que o Judiciário deve estar apto a mediar as relações de trabalho nessa ascendente fase da economia pernambucana, que naturalmente vai gerar mais demandas. “A estrutura da Justiça do Trabalho se agiganta e precisamos manter a eficiência”, afirmou.

Ao agradecer aos colegas desembargadores, André Genn destacou que se tratava de uma honraria haver recebido a missão de conduzir os destinos do Tribunal neste biênio, de forma compartilhada com as desembargadoras Maria Helena Guedes Soares de Pinho e Gisane Barbosa de Araújo. Afirmou, ainda, que estava cioso da responsabilidade, que se tornava ainda maior por suceder a desembargadora Eneida Melo, cuja gestão, da qual teve orgulho de participar – o magistrado exerceu o cargo de vice-presidente -, foi marcada pelo diálogo.

Juiz Virgínio Benevides é convocado para auxiliar a Presidência



O presidente do TRT6, desembargador André Genn, convocou o juiz Virgínio Henriques de Sá e Benevides para exercer a função de juiz auxiliar aos trabalhos da Presidência deste Regional, no período de 21 de fevereiro de 2011 a 17 de fevereiro de 2012, durante o qual ficará dispensado das atividades judicantes perante a Vara do Trabalho de Goiana.

Equipe administrativa assume postos



O presidente do TRT6, desembargador André Genn, empossou diretores da área administrativa no dia 18 de fevereiro. Assumiram o novo secretário-geral da Presidência, Ayrton Porto, e o novo diretor da Secretaria Administrativa André Pegado. Também tomaram posse Ronaldo Soares (SSTC), Érica Gusmão (Assessoria da Presidência), Deyse Graças Pereira (Serviço de Licitação e Contrato), Benuval Figueira (Serviço de Manutenção) e Cláudio Barreto (Serviço de Planejamento Físico). Permanecem integrando a equipe administrativa Wladimir Rolim (diretor-geral), Eliane Remígio (diretora da SRH), Adriano Pinheiro (diretor da SI), Juscelino Carvalho (Ordenadoria da Despesa), Antônio Castilhos (secretário da Corregedoria). Durante a solenidade, André Genn afirmou que escolheu os membros para compor a equipe pela competência que cada um demonstrou no exercício das atividades.



Empossados sete novos juízes

O TRT6 deu posse a sete juízes substitutos. Em janeiro foram empossados Juliana Wilhelm Ferrarini Pimentel, Renato Vieira de Faria, Marcia Sayori Ishirugi, Germana Camarotti Tavares, Sarah Yolanda Alves de Souza, Guilherme Alves dos Santos e, em março, Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira.

Os magistrados foram aprovados no XVIII concurso, concluído em dezembro passado.

Juíza Plaudenice Vieira promovida à titularidade da 1ª VT de Petrolina

Pelo critério de merecimento, a juíza Plaudenice Abreu de Araújo Barreto Vieira foi promovida a titular da 1ª Vara do Trabalho de Petrolina, na vaga que decorreu da remoção, a pedido, da juíza titular Andréa Cláudia de Souza para a VT de Serra Talhada. A promoção foi aprovada pelo Pleno do TRT6 no dia 1º de março.

Magistrados do TRT6 integram Academia Pernambucana de Direito do Trabalho

Inaugurada em fevereiro, a Academia reúne nomes como Fábio Túlio Barreto (presidente), Sérgio Torres Teixeira (vice-presidente), José Soares Filho (secretário) e Ana Maria Aparecida de Freitas (tesoureira). Ex-presidentes do TRT6, os desembargadores José Guedes Correia Gondim Filho e Eneida Melo, ocupam, respectivamente, as cadeiras de número 4 e 5 da entidade. Também integram o elenco de acadêmicos André Luiz Machado (cadeira nº 6), Edmilson Alves da Silva (cadeira nº 8), Marcílio Florêncio Mota (cadeira nº 9), Hugo Cavalcanti Melo Filho (cadeira nº 10), Oton de Albuquerque Vasconcelos Filho (cadeira nº 11) e Agenor Martins Pereira (cadeira nº 12).



Quem faz arte no TRT6

Teatro é a grande paixão de Ana Elizabeth

Quem acompanha o dia a dia de Ana Elizabeth Japiá, 42 anos, na Justiça do Trabalho, talvez não tenha ideia do currículo de artista e educadora da área de teatro, licenciada em Artes Cênicas pela UFPE, com pós-graduação em Arte e Educação pelo Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão (IBPEX) e formação nas áreas de dança (balé clássico e contemporâneo) e música (violão popular no Conservatório Pernambucano de Música).

No mundo da criação, o espetáculo infanto-juvenil, de estreia autoral, foi encenado a primeira vez em 1996, pelo Grupo Teatro Universitário. Em 2003, fundou o Grupo Teatro

Marco Zero, com o qual desenvolveu outros trabalhos autorais, entre eles Um Livro de Fábulas e Nau à Vista. Já ministrou oficina de teatro para crianças e adultos pelo Sesc, Fundarpe, UFPE e atualmente está envolvida com o espetáculo Minha Cidade, cuja dramaturgia resultou de pesquisa financiada pela Funarte, e que estreou em outubro de 2010, com previsão de nova temporada para o segundo semestre de 2011.

“Quando ingressei no TRT6, em 1991, cursava Direito na Unicap e História na UFPE, mas uma participação nas atividades do grupo Teatro Vivo, formado por



Ana Elizabeth (c), que coloca a família em primeiro plano, dedica-se com intensidade ao TRT e ao teatro

alunos de História, fez-me decidir pelo curso de Artes Cênicas, da Federal. À época alguns colegas não compreenderam minha decisão, mas hoje não conseguem me ver distante do teatro”, explica Ana Elizabeth, que trabalhou na 10ª, 14ª, 17ª e 11ª VTs do Recife, e na VT de Limoeiro, atuando em quase todas as Carteiras. Atualmente na 14ª Vara, é assistente do diretor de secretaria.

“Nem sei se há um 'segredo', mas

busco controlar o ritmo e o volume de trabalho; dispensar a mesma dedicação e encontrar o mesmo prazer tanto na prestação jurisdicional, quanto no meu trabalho no palco. E ainda tem que sobrar tempo para minha atividade como atleta do Grude (vôlei). Porém, minha prioridade são meus filhos: Mykaela (23), Maria Luz (12) e Luca (1 ano) e meu namorado, Sávio”, completa a artista.

Consciência ambiental leva servidores a optarem por transporte alternativo

Deslocar-se de automóvel no Recife vem sendo um exercício de paciência. Para fugir do estresse do trânsito, ganhar tempo e ainda colaborar com a questão ambiental, um grupo de servidores do TRT6 está usando cada vez menos o carro para ir ao trabalho. A bicicleta, o ônibus e mesmo o deslocamento a pé têm sido alternativas para contribuir com a melhoria da cidade.

Para Graça Vassalo, do Serviço de Pagamento, os dez quilômetros entre sua residência, que fica em Boa Viagem, e a sede do TRT6, no Recife Antigo, não constituem um problema. Graça usa a ciclovia de

Boa Viagem, passa por Brasília Teimosa e chega ao Parque das Esculturas de Brennand, quando então faz a travessia de barco para o Marco Zero, seguindo daí para o Tribunal novamente de bicicleta.

Outro servidor que fez a opção por um meio alternativo de transporte foi Sílvio Pinto, também do Serviço de Pagamento. Consciente de que alguma coisa precisa ser feita para diminuir o caos urbano, ele alterna o uso de ônibus, bicicleta e caminhada para chegar ao local de trabalho. “Precisamos contribuir com a questão ambiental, ser semente do amanhã”, destaca Sílvio.

As soluções para fugir do automóvel têm variado. Os servidores Nelson Correia e Evandro Magalhães (Secretaria de Informática), Cleômenes Silva e Everson Lemos (Setor de Segurança) também são adeptos da bicicleta, diariamente, para chegar ao TRT. Ana Príncipe, Arcelino Vilar (da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal) e Firmino Firmo de Lima (Setor de Malotes) desfrutaram dos benefícios da caminhada.

Gilberto Vieira, da Secretaria de Recursos Humanos, vem trabalhar de ônibus e volta a pé para o bairro de Parnamirim.



Graça Vassalo faz travessia de barco para o Marco Zero e continua pedalando até o TRT

Planejamento Estratégico



TRT6 elege ações estratégicas para 2011

A Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) do TRT6 elaborou as ações que nortearão as atividades da unidade para o ano de 2011, atreladas ao Planejamento Estratégico deste Regional (2009-2015). A estruturação do Plano de Gestão do Tribunal para este ano integra a primeira proposta a ser apresentada à Presidência do TRT, que elegerá as prioridades

estratégicas para os próximos meses.

Entre as ações previstas pela AGE, a aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação (TI) para a execução e gerenciamento dos projetos do TRT6 revela-se de fundamental importância, considerando que todo o trabalho de acompanhamento dos projetos internos do Tribunal hoje é feito manual-

mente. Junto à Corregedoria, a AGE também está estudando a metodologia que será usada no monitoramento da implantação do Manual de Rotinas e Procedimentos de Processos na 1ª instância do Tribunal.

Também foram elencadas entre as ações estratégicas da AGE para 2011 o acompanhamento do cumprimento das Metas Judiciárias – este ano o CNJ definiu apenas cinco –, inclusive



as que ainda não foram cumpridas; a realização mensal das Reuniões de Avaliação Estratégica (RAEs); e o alinhamento dos projetos estratégicos com o orçamento do Tribunal.

SRH elabora planejamento tático

Muitas são as novidades em cima das quais a Secretaria de Recursos Humanos (SRH) vem trabalhando. Todas com o objetivo de promover o crescimento das pessoas que trabalham neste Tribunal, a partir do desenvolvimento de suas potencialidades e competências e do seu alinhamento às necessidades do Regional pernambucano. Pensando nisso, a responsável pela secretaria, Eliane Remígio, está elaborando, com a colaboração dos servidores lotados na SRH, um Planejamento Tático, documento que é uma consequência do Planejamento Estratégico voltado para a área de recursos humanos. Também tendo em vista a ideia de

promover o desenvolvimento das pessoas que trabalham no TRT6, Eliane informa que uma das propostas é alterar o nome da unidade que dirige para Secretaria de Gestão de Pessoas.

A mudança de nome, ela esclarece, tem por objetivo sedimentar a nova perspectiva da secretaria. Isso porque, enquanto a expressão 'SRH' associa pessoas a recursos (recursos humanos), equiparando-as a recursos materiais e econômicos, o termo 'gestão de pessoas' foca as pessoas como diferencial nas organizações.

Dentro desse novo contexto, o Planejamento Tático surge como um elemento fundamental, necessário à realização

da mudança proposta pela Secretaria de Recursos Humanos: passar de uma unidade operacional para uma unidade estratégica, focada na motivação dos servidores e na melhora de sua qualidade de vida. Eliane ressalta que, na elaboração de um planejamento tático para o Regional pernambucano, foram consideradas as contribuições apresentadas pelos servidores na Pesquisa de Clima realizada por este Regional no ano de 2009. O documento prevê, além dos projetos previstos no Planeja-

mento Estratégico para a secretaria, seis novos projetos e será submetido à apreciação da Administração (Diretoria-Geral/Presidência/Pleno).

A ideia é que, até 2015, o Planejamento Tático esteja completamente implantado no Tribunal. De acordo com Eliane, "As mudanças propostas serão realizadas pelas pessoas." E conclui: "A melhoria contínua do nosso TRT é resultado da atuação das pessoas da nossa organização".

